

I Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional da cidade de São Carlos-SP: notas para o debate¹

Joelson Gonçalves de Carvalho²

Não basta só erradicar a fome

A análise da realidade brasileira, marcada por uma sobreposição de crises, em especial a insegurança alimentar e nutricional, nos permite afirmar que a construção de um plano ou de uma Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional é um compromisso que deve ser assumido pelos Governos Municipais, de maneira intersetorial, por meio de suas diversas secretarias, visando o combate à fome e à desnutrição.

A insegurança alimentar e nutricional pode ocorrer por diversos fatores, dentre eles o desconhecimento sobre a alimentação adequada, balanceada e saudável. Nesse sentido, é importante investir em programas de educação alimentar e nutricional para conscientizar a população sobre a importância de uma dieta equilibrada e saudável.

Outro fator é o consumo de alimentos nocivos à saúde, muitas vezes decorrente do uso excessivo de agrotóxicos e outros produtos prejudiciais. Para enfrentar essa questão, é necessário incentivar práticas agrícolas mais sustentáveis, como a agroecologia, que promove a produção de alimentos saudáveis sem o uso de insumos químicos e venenos.

No entanto, destaca-se um terceiro e mais grave fator: a falta ou dificuldade de acesso aos alimentos. A fome, na maioria absoluta das vezes, não é resultado da falta de comida, mas sim da falta de recursos financeiros para adquiri-la. Nesse sentido, é fundamental implementar políticas intersetoriais que combatam

¹ Texto preliminar, sem revisão prévia e de inteira responsabilidade do autor, elaborado para a ocasião da I Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional da cidade de São Carlos-SP.

² Professor da UFSCar e pesquisador do Núcleo de Pesquisa e Extensão Rural (NuPER) e do Núcleo Multidisciplinar e Integrado de Estudos, Formação e Intervenção em Economia Solidária (NuMI-EcoSol).

a fome e a pobreza, para garantir que todas as pessoas tenham condições de suprir suas necessidades alimentares.

Além disso, a fome, resultado da pobreza, pode ser agravada pela inanição do poder público, nas suas diversas esferas. Neste sentido, é essencial que o Estado assuma seu papel na garantia da segurança alimentar, por meio de políticas públicas efetivas e investimentos em programas e projetos que visem assegurar o acesso a alimentos de qualidade para toda a população.

Dito isso, esse texto está carregado de esperança, uma vez que a realização desta primeira Conferência de São Carlos, tendo como tema *Erradicar a fome e garantir direitos com Comida de Verdade, Democracia e Equidade* é uma das condições necessárias sem a qual não é possível pensar em ações coordenadas de enfrentamento à insegurança alimentar e nutricional em nosso município.

É fato que estamos nos 46 minutos do segundo tempo, ou seja, estamos atrasados. Mas ela está ocorrendo e com uma representatividade que reforça esse sentimento de esperança que pode se materializar em uma política pública garantidora de direitos, notadamente aos mais vulneráveis de nosso município. Ressalta-se "Direitos no plural." Por meio do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) é possível promover diversos direitos humanos intrinsecamente relacionados, a saber:

- O Direito à Saúde: Uma alimentação adequada é essencial para a saúde e bem-estar das pessoas. Uma dieta equilibrada fortalece o sistema imunológico, previne doenças e melhora a qualidade de vida;
- O Direito à Vida: A segurança alimentar reduz a mortalidade e melhora a expectativa de vida. Garantir o acesso a alimentos suficientes e nutritivos é fundamental para preservar a vida das pessoas;
- O Direito ao Desenvolvimento: A nutrição adequada é crucial para o desenvolvimento físico, mental e emocional das crianças. Uma alimentação adequada durante a infância é essencial para o desenvolvimento pleno das potencialidades de cada indivíduo;

- O Direito à Igualdade e Não Discriminação: Assegurar que todas as pessoas tenham acesso aos alimentos, independentemente de sua condição social, econômica, étnica ou de gênero, promove a igualdade e combate à discriminação e,
- O Direito à Dignidade Humana: A fome e a miséria são destruidoras da dignidade humana. Garantir a segurança alimentar é essencial para assegurar a dignidade e a qualidade de vida de todas as pessoas.

Não bastasse, ainda podemos afirmar que a construção e estruturação adequada de uma política municipal de Segurança Alimentar e Nutricional tem a capacidade de contribuir e fortalecer com: i) a participação e controle social, possibilitando que as pessoas se envolvam nas decisões relacionadas à produção, distribuição e consumo de alimentos e, ii) o desenvolvimento local e sustentável, estimulando circuitos curtos de comercialização, mercados e redes locais de economia solidária e promovendo práticas agrícolas e alimentares que preservem os recursos naturais, a biodiversidade e o meio ambiente.

Em suma, a política de Segurança Alimentar e Nutricional deve ser estruturada de forma abrangente e integrada, envolvendo diversos atores e setores da sociedade, para garantir o direito à alimentação adequada e promover a segurança alimentar e nutricional de toda a população.

Outro ponto que reforça a esperança é que, em que pese o apagão recente nas políticas sociais no Brasil e algumas alterações nas normativas, o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional não é nenhuma novidade no país. Assim, com articulação e boa vontade de pessoas, coletivos, movimentos e instituições, é possível somar esforços, em curto prazo, para avançarmos com o que precisa ser feito. Aqui é importante chamar à atenção especial da Prefeitura Municipal de São Carlos, das nobres vereadoras e vereadores e da sociedade civil são-carlense. Com a articulação de todos, é possível garantir, entre outras tantas necessidades

- Acesso a Água para consumo humano e para a produção: Investir na infraestrutura para fornecimento de água potável à população é essencial

para garantir a segurança alimentar e nutricional. Além disso, é fundamental apoiar a produção agrícola familiar, garantindo o acesso à água para irrigação e produção de alimentos de verdade;

- Fomento às atividades produtivas da agricultura familiar: Fortalecer a agricultura familiar é uma forma de garantir a produção de alimentos saudáveis e diversificados. Através de programas de fomento, é possível apoiar os agricultores familiares, oferecendo capacitação, insumos e acesso a mercados;
- Acesso ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e à distribuição de Alimentos: O PAA é uma importante política pública que promove a compra de alimentos produzidos pela agricultura familiar e os destina a pessoas em situação de vulnerabilidade social. Garantir o acesso ao PAA é fundamental para fortalecer a produção local e garantir o abastecimento de alimentos de qualidade;
- Ações de apoio à alimentação escolar: Investir na alimentação escolar é uma forma de promover a segurança alimentar e nutricional das crianças e adolescentes. Além de garantir a oferta de refeições saudáveis nas escolas, é importante desenvolver ações de educação alimentar e nutricional para conscientizar os estudantes sobre a importância de uma alimentação adequada.

Com a articulação de todos os atores envolvidos – poder público, sociedade civil, movimentos sociais e instituições – é possível avançar na promoção da segurança alimentar e nutricional em São Carlos. Essa união de esforços é essencial para enfrentar os desafios e garantir o direito à alimentação adequada para todos os cidadãos, especialmente aqueles em situação de vulnerabilidade. Neste contexto, a I Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional representa uma oportunidade única para consolidar ações integradas e efetivas que promovam a segurança alimentar e nutricional da população do município.

Necessidades e urgências: das tarefas imediatas

Um Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional deve ser construído por um processo dinâmico e participativo, respeitando as regulamentações previstas e acompanhando as normativas, diretrizes e princípios estabelecidos pelas políticas em âmbito nacional e estadual.

Para São Carlos, é de extrema importância que avancemos rapidamente na regularização documental do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional. No entanto, isso não é o suficiente. Precisamos também nos atentar à recente Portaria 899 do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), que dispõe sobre os procedimentos operacionais para a execução do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), modalidade Doação Simultânea. Conforme estabelecido nessa portaria, somente os entes federativos que tiverem aderido ao Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) poderão solicitar a adesão ao PAA.

Dessa forma, para avançar nessa direção, é imprescindível que o município crie a sua Câmara Intersectorial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN), composta por gestores públicos. Além disso, é fundamental que a CAISAN esteja alinhada com as diretrizes em âmbito nacional e estadual,

Nesse contexto, é de extrema importância que a sociedade civil e os gestores públicos se engajem e colaborem ativamente na criação e fortalecimento da CAISAN em São Carlos. Essa Câmara será um espaço de diálogo e cooperação, onde poderemos trabalhar em conjunto para garantir o direito humano à alimentação adequada e promover a segurança alimentar e nutricional de toda a população.

Portanto, é urgente que as autoridades municipais se mobilizem e tomem as medidas necessárias para estabelecer a CAISAN o mais rápido possível, com o intuito de viabilizar a adesão ao SISAN e, conseqüentemente, ao Programa de Aquisição de Alimentos. Somente com ações integradas e comprometidas, envolvendo todos os atores da sociedade, poderemos construir uma política de

segurança alimentar e nutricional efetiva e abrangente em São Carlos, visando o bem-estar e a dignidade de todos os cidadãos.

Considerações finais

No mês de julho de 2023, a ONU publicou o relatório Estado da Segurança Alimentar e Nutrição no Mundo (SOFI), trazendo dados alarmantes sobre a situação no Brasil. Segundo esse relatório, cerca de 21 milhões de pessoas enfrentam diariamente a triste realidade da fome no país. Além disso, constatou-se a presença de 10 milhões de pessoas desnutridas e um impactante número de 70,3 milhões de brasileiros vivendo em insegurança alimentar.

É lamentável observar que o Brasil, após mais de 10 anos de políticas voltadas ao combate à fome (2003-2014), havia conseguido sair do mapa da fome da ONU. No entanto, infelizmente, o cenário se inverteu em anos mais recentes, marcados pelo recrudescimento da política neoliberal, o que nos levou novamente a figurar nesse preocupante ranking.

Esses números representam uma grave violação dos direitos humanos mais fundamentais, especialmente o direito à alimentação adequada. A fome e a insegurança alimentar afetam a saúde, a qualidade de vida e o desenvolvimento integral das pessoas, comprometendo o futuro do país.

É urgente e imprescindível que o poder público, em todas as suas esferas, tome medidas efetivas e comprometidas para enfrentar essa situação de emergência alimentar. É fundamental resgatar ações e programas que comprovadamente contribuíram para a redução da fome no passado, bem como implementar novas estratégias para combater a desnutrição e garantir o acesso universal e digno à alimentação. Não é responsabilidade exclusiva de um ente federativo, ou seja, é de responsabilidade de todos.

Além disso, é crucial promover ações integradas entre os diversos setores da sociedade, envolvendo governos, organizações não governamentais, instituições de pesquisa, e a sociedade civil como um todo. Somente com

esforços conjuntos e uma abordagem ampla e interdisciplinar, poderemos avançar no enfrentamento dessa grave questão social.

Neste contexto, a I Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional da cidade de São Carlos se mostra como uma oportunidade valiosa para discutir e planejar ações concretas e sustentáveis para superar os desafios da fome e da insegurança alimentar. É preciso reafirmar o compromisso com a garantia do direito humano à alimentação adequada e buscar soluções inclusivas para transformar essa realidade.

Dessa forma, encerro parabenizando todos e todas que participam desta Conferência. A presença de você, por fim, é a maior esperança que podemos ter projetos municipais de segurança alimentar e nutricional. Todavia, como afirmamos no anteriormente: estamos atrasados.